

Tópicos de correção

Responda sucinta, mas fundamentadamente, às seguintes questões, sem deixar de identificar as disposições jurídicas que considere relevantes.

**I**

[...]

[3 x 3 = 9 valores]

1. [...]

*Noção de património do Estado. Património duradouro e não duradouro. Relação entre Património e Orçamento do Estado. Receitas e despesas correntes e de capital e suas especificidades face ao património e ao orçamento de Estado. Caso das receitas e das despesas efetivas e não efetivas e respetivos efeitos no património duradouro e não duradouro e, em especial, no património de tesouraria.*

2. [...]

*Caracterização e fundamentos jurídicos e económicos do princípio da plenitude orçamental e suas duas vertentes essenciais. Exceções. Previsão constitucional e legal do princípio e consequências jurídicas da sua infração, quer no caso das receitas quer no das despesas.*

3. [...]

*Regras de execução orçamental das receitas e das despesas: semelhanças e diferenças. Legalidade e inscrição orçamental. Classificadores. Tipicidade qualitativa e quantitativa ou meramente qualitativa. Cabimento. Duodécimos. Economia, eficiência e eficácia. Competência e segregação de funções de liquidação e cobrança e de autorização e pagamento. Sistemas de controlo interno. Outras formas de controlo.*

**II**

[...]

[4 + 2 = 6 valores]

- A) Repartição dos poderes de iniciativa e de decisão em caso de necessidade de revisão ou alteração do Orçamento do Estado em vigor, tendo por elementos de facto os referidos na situação hipotética descrita. Reserva de iniciativa do Governo. Poder de decisão parlamentar, nas situações em que não pertença ao Governo, com os limites previstos na Constituição e nos termos legais. Identificação e concretização das normas aplicáveis e explicação sobre a sua fundamentação.

B) Relevância financeira da disposição citada que se encontre inserida no articulado do Orçamento do Estado e sua conformidade com o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental sobre o conteúdo daquele. Identificação e concretização das normas aplicáveis e explicação sobre a sua fundamentação.

### III

[...]

[5 valores]

Caracterização e justificação da previsão do princípio da equidade intergeracional no domínio financeiro e explicitação quanto às dificuldades sobre a sua efetiva concretização, em parte devido à diversidade de entendimentos existentes numa sociedade. Relação entre o princípio da equidade intergeracional e outros princípios conexos, incluindo os princípios da estabilidade e da sustentabilidade financeira. Justificação da posição exposta.

---

Cotações: 3 x 3 valores = 9 (Grupo I) + 4 + 2 vals. = 6 (Grupo II) + 5 vals. (Grupo III) = 20 valores